

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Table with columns: Valor contábil 2016, Valor contábil 2015, Valor justo 2016, Valor justo 2015. Rows include: Caixa e equivalentes de caixa, Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado, Passivos mensurados pelo custo amortizado.

● Fornecedores - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Garantias A Companhia não tem ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2016. Instrumentos financeiros e depósitos bancários O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

contabilidade de hedge accounting referente a proteção de ativos qualificáveis (importação de ativos imobilizados), no montante de R\$ 5.828, e a perda acumulada existente na controladora até este momento foi repassada à Companhia mediante aporte para futuro aumento de capital, não havendo transação em caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa como atividade de investimento e financiamento. 12 Seguros A política adotada pela Companhia é a de manter cobertura de seguros, para a implantação da Central Geradora Eólica e garantir a indenização, pelos prejuízos decorrentes de inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia, junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. 13 Evento subsequente Estão em andamento as negociações com o Banco BNB para finalização e assinatura do contrato de financiamento para construção dos parques eólicos do Complexo Lagoa do Barro. O financiamento foi aprovado em fevereiro de 2017 e a entrada dos recursos tem previsão de estar disponível no segundo trimestre de 2017.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Administração e aos Acionistas da Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A. Curitiba - PR Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é

suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Enfase Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 (contexto operacional) às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia está em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato da Companhia vir a lograr êxito nos processos de obtenção da licença de instalação e ambiental para exploração de geração de energia elétrica, a serem emitidas pelos órgãos ambientais competentes, bem como os reflexos a serem propiciados por esta liberação e na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ● Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações

feitas pela Administração. ● Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 12 de abril de 2017 KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-PR João Alberto Dias Panceri Contador CRC PR-04855/O-2

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS ESTADO DO PARANÁ DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO ANULAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017 - PMM PROCESSO Nº 011/2017 - PMM O Prefeito no uso de suas atribuições legais vem a público divulgar a ANULAÇÃO da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017 - PMM, que prevê REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO EM PETIT PAVÉ E BLOQUETES, que foi realizado no dia 03/03/2017 às 09:00 horas, conforme manifestação do departamento de engenharia, parecer jurídico e em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, com base no disposto do Art. nº 49 da Lei Federal nº 8.666/93. Matinhos, 12 de abril de 2017. RUY HAUER REICHERT Prefeito de Matinhos

Primavera ESCOLA ESPECIALIZADA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A Escola Especializada Primavera, na forma de seu estatuto, convocou seus associados para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 04/05/2017 às 18:30 horas, na sede Rua Monte Castelo, 1040, Bairro Tarumã, para tratar dos seguintes assuntos: 1) Eleição dos membros da Diretoria por término de mandato; 2) Votação do relatório e contas da Diretoria; 3) Outros assuntos de interesse da associação. Curitiba, 19 de abril de 2017. Luiz Alberto Cagliari Santos Presidente Escola Especializada Primavera Rua Monte Castelo, 1040 - CEP 82.530-200 - Curitiba / Pr. - Fone: (41) 3262-7473 Site: www.escolaprimavera.com.br e-mail: escolaespecializada@primavera@gmail.com CNPJ: 75.051.409/0001-36 / Decreto de Utilidade Pública Federal nº 87061

A melhor relação centímetro / coluna ou se você preferir custo / benefício em publicidade legal está no 3350.6620 PUBLICIDADE LEGAL WWW.BEMPARANA.COM.BR/PUBLICIDADE_LEGAL BEMPARANÁ O JORNAL DO ESTADO

ESCOLA ESPECIALIZADA PRIMAVERA CNPJ nº 75.051.409/0001-36 Rua Monte Castelo nº 1040 - Tarumã - Curitiba - Paraná CEP 80.530-200 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2015 E 31.12.2016 (Valores em R\$) BALANÇO PATRIMONIAL Exercício 2016 Exercício 2015 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercício 2016 Exercício 2015 PERÍODOS DE 01.01.2015 A 31.12.2015 E 01.01.2016 A 31.12.2016

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31.12.2016 NE 1 - CONTEXTO OPERACIONAL A ESCOLA ESPECIALIZADA PRIMAVERA é uma associação de direito privado, de caráter assistencial, sem intuito lucrativo, com duração indeterminada, fundada em 24 de Outubro de 1971, com sede em Curitiba, Paraná, declarada de Utilidade Pública no âmbito Federal, Estadual e Municipal, tendo Registro no Conselho Nacional de Assistência Social, conforme processo nº 250.327/72, inscrita no CNPJ nº 75.051.409/0001-36. Entidade classificada perante a Receita Federal do Brasil como isenta e tem sua apuração contábil anual. NE 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (comparativas) estão sendo apresentadas em Reais (R\$). A entidade declara expressamente que a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 11.639/2007, os termos da ITG 2002 aprovada pela Resolução do CFC nº 1409/2012 e a ITG 2000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1330 de 18 de março de 2011 que trata da Escrituração Contábil. Na eventualidade de ocorrerem eventos materiais não cobertos pela ITG 2002, a entidade referenciase na NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1255 de 10 de dezembro de 2009. Portanto, atendendo aos termos da ITG 2002, a entidade está apresentando o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas. A administração da entidade optou pela contratação de contabilidade terceirizada e declara que as demonstrações contábeis refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização, respondendo administração da sociedade, pela veracidade, integridade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional. NE 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levam em conta as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000. Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integridade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A preparação das demonstrações contábeis poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas contábeis que possam afetar valores reportados de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis. A entidade elabora suas demonstrações contábeis usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimento para esses itens. 3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificadas como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificadas como itens não circulantes. 3.2 Caixa e Equivalentes de Caixa São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos. 3.3 Imobilizado O imobilizado foi registrado pelo seu valor de custo de aquisição, incluindo impostos de importação e tributos não recuperáveis, além de outros gastos incorridos e necessários para trazê-lo em condição de funcionamento. Os descontos e abatimentos existentes sobre o valor de aquisição foram deduzidos de seu custo. A depreciação do imobilizado foi alocado ao resultado do período de uso, de modo uniforme ao longo de sua vida útil através do método linear. Tendo em vista os elevados custos de valoração a administração optou por não efetuar ajustes correspondentes ao valor justo dos bens em função de estimar irrelevantes os efeitos dos referidos ajustes. A estimativa mencionada foi obtida levando em consideração as características e utilidades dos bens, tempo de uso e atividade operacional. 3.4 Contas a Pagar a Fornecedores As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das atividades e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a 12 meses ou inferior se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva para ajuste a valor presente. NE 4 - IMOBILIZADO Composição do Imobilizado: Taxa Anual Depr. Custo Depr. Acum. Valor Líquido 31/12/2015 31/12/2016